

**Nível de Disclosure Ambiental das empresas do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) : Uma análise dos últimos 5 anos**

**ESTELA DE OLIVEIRA**

FUNDAÇÃO HERMÍNIO OMETTO - UNIARARAS

**MIRELA FAVARETTO**

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE (FEA/USP)

**NELSON OLIVEIRA STEFANELLI**

**LUCAS SILVESTRE DE CARVALHO**

# NÍVEL DE DISCLOSURE AMBIENTAL DA CARTEIRA DO ISE: UMA ANÁLISE DOS ÚLTIMOS 5 ANOS

## 1. INTRODUÇÃO

A contabilidade ambiental passa a ter um importante papel ao promover o registro e controle das informações referentes aos acontecimentos ambientais dos investimentos que afetam ou ressarcem o meio ambiente. Freitas e Oleiro (2011) afirmam que a longevidade e o sucesso das empresas nos mercados atuais requerem, além do uso correto dos recursos naturais, a divulgação das ações a respeito de sua preservação e correção.

Embora no Brasil não seja efetivamente compulsória a divulgação de relatórios e informações de responsabilidade ambiental das empresas referente às suas atividades, a própria sociedade, futuramente, exigirá das entidades posicionamentos que demonstrem essa responsabilidade, de forma a evidenciar a efetiva redução dos efeitos ambientais negativos advindos de suas atividades (NOSSA, 2002).

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) estimula a divulgação dos relatórios ambientais, através da contabilidade ambiental. Para tanto, desde 2006, a NBC-T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, regulariza a forma da evidenciação contábil de tais informações, conjunturalmente objetivando demonstrar à sociedade, a participação social e ambiental da entidade (CFC, 2004).

O ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), um dos primeiros índices usados na América Latina para medir desempenho sustentável das corporações, fora criado em 2005, pela BM&FBOvespa (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo), aparatando um ambiente de investimento consoante às exigências de desenvolvimento sustentável da modernidade e, em suma, implantando uma mentalidade ética nas entidades (BM&FBOVESPA, 2015). O Brasil merece destaque por ter sido o quarto país no mundo, sendo o primeiro na América Latina, a lançar o ISE. (MELLO et al. 2016).

Para os investidores estarem entre os escolhidos da carteira do ISE, significa que a corporação carrega consigo a preocupação com problemas socioambientais, caracterizando-a como uma empresa sustentável e de confiança. Nesse sentido, ao acompanhar o desempenho das empresas comprometidas com a sustentabilidade, o ISE apresenta seu entendimento quanto à importância da responsabilidade ambiental corporativa para as decisões financeiras e de precificação de ativos (ASSAF NETO, 2012).

Partindo dessa premissa, a pesquisa busca responder a seguinte pergunta: *As empresas listadas na carteira do ISE têm evidenciado suas informações ambientais de acordo com a NBC T 15?* Procurando assim analisar o grau de evidenciação de todas empresas listadas no ISE. Por meio de uma pesquisa descritiva e documental referente ao período de 2015 a 2018, serão analisados relatórios gerais objetivando as informações ambientais, demonstrando como as empresas vêm se atentando ao desenvolvimento sustentável e, principalmente, se existe a preocupação das entidades de se adequarem às normas brasileiras de evidenciação ambiental.

A conscientização ambiental é um assunto que se tornou realidade e adquiriu grande importância para a sociedade atual. Considerando-se que as organizações utilizam recursos naturais os quais impactam o meio ambiente, elas estão buscando práticas que evidenciem sua conduta ambiental para que se evitem críticas no quesito degradação socioambiental.

Considerando que o objetivo da contabilidade é transmitir informações para a tomada de decisão de diversos usuários, é importante que haja uma análise de como as entidades vêm divulgando seu *disclosure* ambiental, de forma a auxiliar os tomadores de decisão que buscam desenvolvimento sustentável. Destaca-se que quanto mais transparente a empresa é com relação às suas demonstrações ambientais, melhor será sua reputação perante as partes interessadas. É importante destacar que ao divulgar suas políticas ambientais em alta qualidade, as empresas garantem a transparência de suas informações, o que possibilita uma evolução na sua reputação diante das partes interessadas (DEEGAN et al., 2006; PATEL et al., 2002; SIMNETT et al., 2009).

Compartilhando da preocupação com a sustentabilidade, o presente estudo analisará os *disclosures* ambientais das organizações que compõem a atual carteira do ISE da BM&FBovespa, a fim de identificar se essas empresas estão realmente transmitindo suas informações ambientais em conformidade com a NBC T 15. Se possuir divergências, o artigo visa diligenciar as influências de tais diferenças.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Neste capítulo está apresentada a fundamentação teórica a qual será utilizada como base da pesquisa deste trabalho. Serão abordados conceitos relevantes para que se faça possível a compreensão do estudo. Para isto, os seguintes tópicos são tratados: (a) Sustentabilidade e Índice de Sustentabilidade Empresarial; (b) Disclosure Ambiental e a NBC T 15.

### **2.1 Sustentabilidade e índices de sustentabilidade**

A questão ambiental tem grande relevância no momento em que as empresas adequam o meio ambiente às suas atividades, uma vez que se tornem capazes de acarretar um aumento nos impactos ambientais (BRAGA, 2010). Diante disso, são bastante frequentes as discussões a respeito da sustentabilidade ambiental. Portanto, as instituições buscam técnicas que demonstrem um novo posicionamento ambiental, por meio do *disclosure*, *accountabilty*, práticas de governança corporativa e condutas éticas. (BORBA, RIVER e MURCIA, 2009).

O primeiro índice com intuito de medir a sustentabilidade das corporações, surgira nos Estados Unidos no ano de 1999, o Dow Jones Sustainability Index (DJSI). Logo após dois anos, a bolsa de valores de Londres conjuntamente com Ethical Investment Research Service (EIRIS), lançam o FTSE4good. Os países emergentes aderem às tendências sustentáveis, e a bolsa de Joanesburgo apresentam o JRE SR O Brasil, por sua vez, não muito tardio, um ano mais tarde, em dezembro de 2005, difunde o Índice de Sustentabilidade

Empresarial (ISE) (Marcondes, Bacarji, 2010). Destaca-se que o ISE fora o quarto índice lançado no mundo, sendo o primeiro na América Latina a apresentar um índice de sustentabilidade no mercado de ações (Mello Et all, 2016)

Lins e Wajnberg (2007) e Ouchi, (2006) retratam a carteira do ISE como sendo composta por ações de empresas que tem como cultura o desenvolvimento de boas práticas de sustentabilidade. (Apud Pereira et all, 2017). Sendo assim, o propósito do ISE é disponibilizar aos investidores, organizações que se sobressaem no quesito boas práticas sustentáveis, as quais se comprometem com a responsabilidade ética, social e ambiental das instituições

## **2.2 Evidenciação contábil e a NBC T 15**

A fim de atingir transparência através do *disclosure*, é necessário que a entidade transmita informações qualitativas e quantitativas as quais auxiliem os usuários a compreenderem os riscos das suas atividades desenvolvidas, analisando os pontos de tempestividade e relevância fundamentais. (DANTAS *et al.*, 2005). Para Gray e Bebbigton (2001, apud Ribeiro e Bellen, 2010) as entidades sofrem pressões, sejam positivas ou negativas, para que divulguem suas informações ambientais. Os mesmos afirmam que os níveis de evidenciação dependem principalmente da cultura organizacional da empresa.

Vieira e Faria (2007) afirmam que ao divulgarem as informações de modo preciso e correto, a organização possibilita aos interessados meios suficientes para que seja possível analisar o desempenho social da entidade, considerando que este é exatamente o objetivo geral da contabilidade: fornecer informações para os diversos tipos de usuários. A qualidade das divulgações ambientais estaria proporcionalmente ligada à transparência dos gestores, causando uma beneficiação em suas respectivas reputações e perfis sociais (Deegan et al., 2006; Patel et al., 2002; Simnett et al., 2009). Segundo Braga (2009), quanto mais informações a entidade apresentar, mais comprometimento e responsabilidade ambiental demonstrará, o que gera maior transparência e confiabilidade nas informações transmitidas.

Braga e Salotti (2007) questionam que a demonstração ambiental voluntária das entidades é pautada em interesses, os quais seriam a razão de a empresa evidenciar esse tipo de informação. Diante disso, é preciso estudar e compreender o que estimula a divulgação de determinadas informações, pois, segundo pesquisas, os gestores visam divulgar apenas informações que favorecem as empresas na intenção de aumentar sua credibilidade e seu valor no mercado (DYE, 1985).

Ressaltam ainda Gray e Bebbington (2001), que o desempenho ambiental contido nos relatórios financeiros empresariais, transformou-se em uma bússola direcionadora de investimentos, de modo que as organizações que não se comprometerem com esta causa, serão castigadas de modo econômico e social.

No ano de 2004, o CFC (Conselho Federal de Contabilidade) emitira uma resolução, assentindo assim a NBC T 15, a qual regulariza um modelo de evidenciação contábil para informações de natureza socioambiental intentando revelar a sociedade a participação social e

ambiental das organizações, onde objetiva a inserção dos atos e fatos ambientais ao método de registro e de demonstração contábil. (CFC, 2014).

Destaca-se que a NBC T 15 é fundamentada pela Resolução 1.003/2004 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), deste modo, o profissional contábil deve zelar para que a mesma seja cumprida. (LOS et al., 2014). A partir disso, observa-se que o *disclosure* se tornou uma grande ferramenta para a tomada de decisão das partes interessadas, contudo, as informações devem ser apresentadas de modo tempestivo e compreensível para que haja um correto entendimento da situação da entidade a respeito da norma referida.

Diversos estudos recentes estão sendo realizados acerca do tema *disclosure* ambiental em consonância com a norma brasileira, Mello (2016), tentou demonstrar se as empresas do setor de Energia Elétrica estavam evidenciando suas informações ambientais em conformidade com a NBC T 15, especificamente no que condiz às informações ambientais no item 15.2.4 Interações com o Meio Ambiente, as empresas, já Salles et. All (2017) se ateve a responder como as entidades estão atendendo o questionário ISE de acordo com sua conduta reproduzida nos relatórios de sustentabilidades divulgados pelas mesmas, nos anos de 2013 à 2016.

Ao se discutir a NBC T 15, estabeleceu-se que as normas de evidenciação de informações socioambientais complementariam as obrigatórias já existentes, e compartilhando do princípio de comparabilidade dos exercícios atuais e anteriores, demonstrariam relatórios completos, não apenas fragmentos em notas explicativas.

### **3. MATERIAIS E MÉTODO**

Foi utilizada a estratégia de pesquisa documental, a qual compreende a utilização de documentos diversificados como fonte de informações e indícios. Neste escrito será utilizado como principal fonte de dados, as DFP's (Demonstração Financeira Padronizada) das empresas listadas na carteira do ISE (índice de Sustentabilidade Empresarial) da Bovespa e os relatórios de sustentabilidades divulgados pela entidade. Visando tomar um caráter descritivo, esta pesquisa examinará relatórios dos anos 2013 a 2017, também desenvolverá uma investigação tanto qualitativa quanto quantitativa das informações divulgadas; qualitativa por se tratar da análise de relatórios relevantes, e quantitativa tentando mostrar numericamente o grau da evidenciação das entidades.

A amostragem fora influenciada por dois trabalhos que analisaram as empresas que permaneceram no ISE nos períodos de 2010 a 2013 (LOS et all 2010), e ainda um segundo que analisara os períodos de 2013 a 2015 (PEREIRA et al., 2017), a diferença destes é que o atual estudo compreenderá um período total de 5 anos.

Partilhando da metodologia empregada por Pereira et al. (2017), a população desta pesquisa constitui-se pelo total de empresas de diversos segmentos empresariais que se mantiveram dentro da carteira do ISE nos últimos cinco anos. No período de 2013 a 2017, o número total das empresas selecionadas para comporem a carteira do ISE, foi de 47 empresas,

sendo que dentre estas, as que conseguiram se manter no ISE, dentro do período proposto foram 25 empresas, representando 53% do total como mostra o Quadro 1:

Fórmula da amostra final			
Etapas	Parametrização	Qtde Empresas	%
Etapa 1	Empresas listadas no ISE da B3 de 2013 a 2017.	47	
Etapa 2	(-) Empresas que não permaneceram no ISE entre 2013 e 2017.	22	
<b>Etapa 3</b>	<b>(=) Amostra Final</b>	<b>25</b>	<b>53%</b>

**Quadro 1 - Amostra Final**

Fonte: Adaptado de PEREIRA et al 2017.

Seguindo a fórmula da amostra final, 25 relatórios anuais, multiplicados pelos 5 anos indicados, totalizando 125 relatórios anuais a serem investigados quantitativamente. Com o objetivo de analisar se o *disclosure* ambiental das entidades foi divulgado de acordo com a NBC T 15, apresenta-se os oito requisitos da norma, segundo o item 15.2.4, os quais contém os seguintes elementos de evidenciação (E):

- E1) Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
- E2) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
- E3) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
- E4) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade
- E5) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
- E6) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
- E7) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
- E8) passivos e contingências ambientais. (CFC, 2004)

Dentro das DFPs localizadas no site da Bovespa, foram analisados o Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultados, Notas Explicativas e Relatórios de Administração. Os critérios de divulgação foram avaliados qualitativamente de acordo com os termos contidos nos elementos de evidenciação (E), pontuando com 1 quando evidenciado, e 0 quando não evidenciado, importante frisar que informações ambientais podem também ser encontradas no relatório de Sustentabilidade, divulgado no *website* das empresas (Rover, 2008).

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta análise buscou responder se as empresas listadas na carteira do ISE durante os últimos cinco anos estão se adequando também a norma brasileira, seguindo o modelo padrão da NBC T 15, buscou-se analisar o nível de evidenciação dos oito itens listados na norma.

Mediante as análises fora possível observar uma forte tendência de as empresas evidenciarem os itens “E1-Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente”, “E2 - investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados”, uma possível explicação para este fato, é que a partir do ano de 2011, empresas em busca de valor agregado buscaram obter o certificado ISO 14001, que induz especificamente políticas ambientais relacionadas a tais itens. Na pesquisa de Mello, fora possível analisar a mesma intercorrência em relação às políticas ambientais e processo de recuperação do meio ambiente, introduzido pela norma em 2004. (CFC, 2004)

Outro ponto que ficou explícito como mostra a Tabela 2 a seguir é de que as empresas que mais agridem o meio ambiente, como por exemplo o setor energético, são as que mais promovem meios de recuperar o ecossistema, e evidenciam corretamente tais esforços.

<b>Nível de Evidenciação por Setor - Bovespa</b>			
<b>Divisão por Setores - Bovespa</b>	<b>Ano - 2013-2017</b>	<b>DFP</b>	<b>RSA</b>
Utilidade Pública / Energia Elétrica	Aes Tietê, Cemig, Copel, CPFL, EDP, Eletrobrás, Eletropaulo, Engie*, Light.	22,90%	18,50%
Financeiro e Outros / Intermediários Financeiros / Bancos	Banco do Brasil, Bradesco, Itau - Unibanco, Itaúsa, Santander, Sul América.	9,60%	12,10%
Bens Industriais / Transporte / Exploração de Rodovias / Máquinas e Equipamentos / Motores, Compressores e Outros	CCR, Ecorodovias, WEG.	3,80%	5,00%
Consumo não Cíclico / Alimentos Processados / Carnes e Derivados / Produtos Higiene Pessoal	BRF, Natura.	4,00%	6,00%
Materiais Básicos / Madeira e Papel / Madeira	Duratex, Fibria.	4,90%	5,00%
Telecomunicações	Telefônica, TIM.	5,00%	5,30%
Materiais Básicos / Químicos / Petroquímicos	Braskem.	2,00%	4,00%

Tabela 2 - Nível de evidenciação por setor

Fonte: Adaptado da pesquisa.

Importante destacar o setor financeiro como segundo colocado no ranking de *disclosure* setorial, normalmente, instituições financeiras abraçam a causa ambiental selecionando em sua carteira de crédito, possíveis indústrias ou pessoas físicas que estariam dispostas a reformular a forma como agridem o meio ambiente, um exemplo disto é a linha de crédito específica para quem deseja obter energia solar residencial; em contra partida os bancos se mostram menos propensos a evidenciarem suas informações ambientais através das DFP's no site da Bovespa.

A seguir é apresentada a Tabela 3, onde as empresas do ISE são apresentadas em ordem alfabética, com suas respectivas pontuações, e o nível do *disclosure* será evidenciado por localização, de acordo com as informações apresentadas, seja pelas DFP's ou RSA (Relatórios de Sustentabilidade Anual). O empenho das empresas em apresentarem um relatório de sustentabilidade unânime fica claro, diante da divulgação nas DFP's, existe uma discrepância, primeiramente porque a norma não obriga as empresas a apresentarem formalmente informações ambientais, criando também uma certa limitação para esta pesquisa.

<b>NE por Localização - Empresas ISE</b>				
<b>Empresas</b>	<b>Pontuação</b>	<b>Disclosure DFP</b>	<b>Pontuação</b>	<b>Disclosure RSA</b>
AES Tietê	20	50,0%	31	77,5%
Banco do Brasil	10	25,0%	20	50,0%
Bradesco	10	25,0%	15	37,5%
Braskem	20	50,0%	40	100,0%
BRF	15	37,5%	30	75,0%
CCR	14	35,0%	24	60,0%
Cemig	25	62,5%	20	50,0%
Copel	30	75,0%	32	80,0%
CPFL	25	62,5%	10	25,0%
Duratex	14	35,0%	15	37,5%
Ecorodovias	15	37,5%	5	12,5%
EDP	23	57,5%	20	50,0%
Eletrobras	26	65,0%	6	15,0%
Eletropaulo	35	87,5%	26	65,0%
Fibra	35	87,5%	35	87,5%
Itaú- Unibanco	20	50,0%	17	42,5%
Itaúsa	15	37,5%	20	50,0%
Light	25	62,5%	35	87,5%
Natura	25	62,5%	30	75,0%
Santander	20	50,0%	25	62,5%
SulAmerica	21	52,5%	24	60,0%
Telefonica	30	75,0%	33	82,5%
Tractebel	20	50,0%	5	12,5%
TIM	20	50,0%	20	50,0%
WEG	9	22,5%	21	52,5%

Tabela 3 - Nível de Evidenciação

Fonte: Adaptado de Pereira (2017) e Mello (2009).

## 6. CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou responder *se as empresas listadas na carteira do ISE têm evidenciado suas informações ambientais de acordo com a NBC T 15*, por meio de uma pesquisa descritiva e documental referente ao período de 2015 a 2018, em que foram analisados relatórios gerais objetivando as informações ambientais, demonstrando como as empresas vêm se atentando ao desenvolvimento sustentável e, principalmente, se existe a preocupação das entidades de se adequarem às normas brasileiras de evidenciação ambiental.

Com os resultados obtidos, ainda não foi possível afirmar categoricamente que as empresas estão divulgando suas informações ambientais segundo a NBC T 15, nota-se uma limitação na obtenção de dados sólidos, pois a própria norma é limitante e não especifica cuidadosamente questões que precisariam serem levadas em consideração na esfera ambiental, muitas empresas utilizam de modelos padronizados internacionais para tentarem evidenciar suas informações.

Mesmo com esta limitação fica claro que empresas do setor energético buscam melhorar seu *disclosure* com mais afinco que outros setores. Uma nova pesquisa poderia ser feita baseada em outras normas não nacionais como base, pois são mais abrangentes quando se trata de meio-ambiente. Outro fator limitante foi a escassez de uniformização, que ficou mais evidente em empresas de outros setores que não o energético.

## REFERÊNCIAS

BEBBINGTON, J. *Accounting for Sustainable Development Performance*, 1 ed. Londres: CIMA Publishing, 2007. 144 p.

BM&FBOVESPA, Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Disponível em: <[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/produtos/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm)> Acesso em: 08 de abril de 2018.

COLOMBI P., ROSA P. A., PETRI S. M., FERREIRA L. F., FIGUEIREDO PETRI L. R. *Disclosure ambiental: Uma análise das companhias abertas de Santa Catarina* in: Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA), 19. 2017, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Exito, 2017. v. 1, p. 1 - 13.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). 2004. Resolução CFC nº 1.003/04. *Aprova a NBC T 15 – Informações de natureza social e ambiental*. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_1003.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1003.doc)>. Acesso em: 10 de abril 2018.

DEEGAN, C., 2004. *Environmental disclosures and share prices — a discussion about efforts to study this relationship*. *Accounting Forum* 28 (1), 87–97.

DEEGAN, C., COOPER, B., SHELLY, M., 2006. An Investigation of TBL report assurance statements: UK and European Evidence. *Managerial Auditing Journal* 21 (4), 329–371.

FELDMAN, P. M., BAHAMONDE, R. A., & BELLIDO, I. V. (2014). A new approach for measuring corporate reputation. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, 54(1), 53-66.

GRAY, R; BEBBINGTON, Jan. *Accounting for the Environment*. 2 ed. Londres: Sage, 2001.

LATRIDIS, G. E. Environmental disclosure quality: Evidence on environmental performance, corporate governance and value relevance. *Emerging Markets Review*, Volos, Greece, v. 14, n. 14, p.55-75, 17 set. 2012. University of Thessaly, Department of Economics, Volos, Greece Accounting and Auditing Oversight Board, Ministry of Economics, Athens, Greece.

LINS, C.; WAJNBERG, D. Sustentabilidade corporativa no setor financeiro brasileiro. Fundação brasileira para o desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: International institute for management development – IMD, 2007. p. 1-63. Disponível em: <<http://www.fbds.org.br/IMG/pdf/doc-243.pdf>>. Acesso em: 08 de Abril de 2018.

LOS, G. Z.; OTT, E.; ZILLI, J. B.; GRANDO, T.; KOSZTRZEPA, R. O. Evidenciação socioambiental: um estudo nas empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE) da Bovespa. In: *SemeAd – Seminários em Administração*, 17. São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2014. p. 1-16

MELLO, C. G. G.; HOLLNAGEL, H. C.; CEI, N. G. (2016). Evidenciação Ambiental segundo a NBC T 15: uma análise em quatro empresas do setor de energia elétrica de 2006 a 2014. *Redeca Revista Eletrônica do departamento de Ciências Contábeis & departamento de Atuária e Métodos Quantitativos da FEA*. V.3, n2 p.p. 93-109. Disponível em Acesso em Jul 2018.

MARCONDES, A. W.; BACARJI, C. D. *ISE – Sustentabilidade no Mercado de Capitais*. 1. ed. São Paulo: Report Editora, 2010. 173 p.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO C. R. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo. Atlas, 2007.

MUSSOI, A.; BELLEN, H. M. Evidenciação ambiental: uma comparação do nível de evidenciação entre os relatórios de empresas brasileiras. *Revista de contabilidade e organizações*, v. 4, n. 9, p. 55-78, mai./ago. 2010.

OUCHI, C. H. C. *Práticas de sustentabilidade corporativa no Brasil: uma análise do setor de papel e celulose*. Orientador: Ricardo Pereira Câmara Leal. 2006. 87f. Dissertação (Mestrado

em Administração) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: COPPEAD/UFRJ, 2006.

SILVA E. L. V., GARCIA E. M. et al. Dez anos de análise do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE): o investimento sustentável proporciona retornos superiores? In: Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA), 19. 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Exito, 2017. v. 1, p. 1 - 13.

PATEL, S., BALIC, A., BWAKIRA, L., 2002. Measuring transparency and disclosure at firm level in emerging markets. *Emerging Markets Review* 3 (4), 325–337.

ISSN 1566-0141, 2002. Disponível em:

<<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1566014102000407?via%3Dihub>>

Acesso em: 15 Junho de 2018.

PEREIRA R. M., SILVA V. R. F., REINA D. R. M., REINA D., SILVA W. A. M., 2017. Disclosure socioambiental das empresas brasileiras de capital aberto listadas no índice de sustentabilidade empresarial. RAC - Revista de Administração e Contabilidade. Ano 16, n. 32, p.120-143, jul./dez. 2017. Disponível em: < [Http://local.cneccsan.edu.br/revista/index.php/rac/article/view/501/pereira](http://local.cneccsan.edu.br/revista/index.php/rac/article/view/501/pereira)> Acesso em 17 junho de 18.

ROVER S., BORBA J. A., MURCIA F. D., VICENTE E. F. R. Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o *disclosure* das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. Revista de Contabilidade e Organizações, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 53-72, aug. 2008. ISSN 1982-6486. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34713>>. Acesso em: 23 julho de 18.

SIMNETT, R., VANSTRAELEN, A., CHUA, W.. Assurance on sustainability reports: an international comparison. The Accounting Review 84 (3), 937–967. 2009.